



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Período de maio/2012 a abril/2013

1º QUADRIMESTRE DE 2013

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das suas atribuições privativas que lhe conferem o artigo 271 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº TC-06/2001, e o art. 90 da Lei Complementar nº 202, de 15 de dezembro de 2000 e considerando a Decisão nº 1173/2005, aprovada pelo Tribunal de Contas na Sessão do dia 30/05/2005.

TORNA PÚBLICO o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, relativo ao 1º Quadrimestre de 2013, conforme estabelecido nos artigos 54, 55 e 72 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF).



ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Período de maio/2012 a abril/2013

RGF – ANEXO I (LRF, ART. 55, inciso I, alínea “a”)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	152.273.006,61	0,00
Pessoal Ativo	99.717.502,27	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	52.555.504,34	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (art.18, § 1º LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	41.210.121,33	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.016.851,09	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	14.063.867,15	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	26.129.403,09	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	111.062.885,28	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)	111.062.885,28	

<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</u>	<u>VALOR</u>
RECEITA CORRETE LÍQUIDA – RCL (V)	14.754.024.907,01
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) *100	0,75
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III , art. 20 da LRF) - 0,80%	118.032.199,26
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) – 0,76%	112.130.589,29
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) – 0,72%	106.228.979,33

FONTE: AI, DAF e SEF.

Florianópolis, 27 de maio de 2013.

Salomão Ribas Junior
Conselheiro Presidente do TCE

Edison Stieven
Diretor da DGPA

José Roberto Queiroz
Diretor da DAF

João Luiz Gattringer
Coordenador da Auditoria Interna